



Eixo 5 - Gestão e liderança em movimento

## Mediação bibliotecária na análise de inconsistências do autodepósito de Trabalhos de Conclusão de Curso: um relato de experiência na Unifesp Osasco

*Library mediation in the analysis of inconsistencies in the self-deposit of undergraduate theses: an experience report at Unifesp Osasco.*

**Maria Rosa Kushnir** – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) –  
rosa.kushnir@unifesp.br

**Andreas Leber** – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) –  
andreas.leber@unifesp.br

**Ana Letícia Olímpio da Silva David** – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) –  
ana.olimpio@unifesp.br

**Resumo:** Este relato analisa a gestão da qualidade no autodepósito de TCCs na Unifesp *campus* Osasco, visando identificar inconsistências técnicas e de segurança detectadas durante a homologação para o Repositório Institucional. A fundamentação baseia-se na curadoria digital e Ciência Aberta. O estudo quanti-qualitativo avaliou 325 trabalhos entre 2025 e 2026. Os resultados revelam que apenas 14,76% das submissões estão isentas de erros, destacando-se falhas em metadados e inconformidades com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Conclui-se que a mediação bibliotecária é indispensável para mitigar riscos jurídicos, corrigir dados sensíveis e assegurar a integridade e interoperabilidade da memória científica institucional.

**Palavras-chave:** Bibliotecas universitárias. Repositórios institucionais. Metadados. Segurança de dados. Ciência aberta.

**Abstract:** This report analyzes quality management in the self-deposit of undergraduate theses at Unifesp's Osasco *campus*, aiming to identify technical and security inconsistencies detected during the homologation process for the Institutional Repository. The study is based on digital curation and Open Science. The quantitative-qualitative study evaluated 325 works between 2025 and 2026. The results reveal that only 14.76% of submissions are error-free, highlighting flaws in metadata and non-compliance with the General Data Protection Law (LGPD). It concludes that library mediation is indispensable to mitigate legal risks, correct sensitive data, and ensure the integrity and interoperability of the institutional scientific memory.



**Keywords:** Academic libraries. Institutional repositories. Metadata. Data protection. Open science.

## 1 INTRODUÇÃO

A produção científica nas instituições de ensino superior públicas reflete a excelência acadêmica e o investimento social em pesquisa. Na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), essa produção é centralizada no Repositório Institucional (RI), estruturado no *software* DSpace, o qual atua como o principal mecanismo de preservação e visibilidade da memória intelectual da instituição, alinhando-se às diretrizes globais de Ciência Aberta e ao acesso democrático ao conhecimento. Entretanto, a manutenção desses padrões enfrenta barreiras, especialmente a hesitação dos pesquisadores e as dificuldades técnicas inerentes ao autoarquivamento (Jesus *et al.*, 2021; Rothfritz *et al.*, 2026).

Este relato foca na atuação da Biblioteca do *campus* Osasco, da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN). O *campus* possui um perfil especializado em Ciências Sociais Aplicadas, atendendo aos cursos de graduação em Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito e Relações Internacionais, em que a fidedignidade dos dados e o rigor com a normalização técnica são cruciais, uma vez que os trabalhos frequentemente lidam com legislações, normas contábeis e análises econômicas de alta sensibilidade. O fluxo de depósito de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na Unifesp é regulamentado por portaria da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), que estabelece o autodepósito como modalidade oficial para conferir agilidade ao processo e otimizar a força de trabalho das bibliotecas frente às conhecidas restrições de pessoal no serviço público federal. Contudo, para garantir que a autonomia do discente não resulte em perda de qualidade informacional, a normativa institui a revisão e homologação obrigatória sob a mediação bibliotecária.

No cenário brasileiro, o hiato entre a intenção do depósito e a efetiva funcionalidade do serviço é agravado por carências de recursos humanos e limitações técnicas das equipes (Jesus *et al.*, 2021). Esse contexto torna a mediação bibliotecária uma estratégia indispensável para reduzir inconsistências (Farias; Rezende; Lima, 2023) e mitigar falhas de preenchimento e indexação que comprometem a interoperabilidade do sistema (Alves; Café, 2010).



A gestão da qualidade em RIs integra políticas, práticas tecnológicas e diretrizes para garantir a confiabilidade, a interoperabilidade e a curadoria digital duradoura da produção científica (Santos; Almeida, 2024). A padronização de metadados contribui para a descoberta e a recuperação das pesquisas, adotando sistemas como o *Dublin Core*, controle de vocabulário e identificadores persistentes — como o ORCID para autores e o DOI para documentos (Silva; Arakaki, 2026). Longe de ser apenas técnica, essa dinâmica possui uma dimensão política expressa em diretrizes institucionais claras, as quais normatizam responsabilidades de depósito, direitos de acesso e licenças de uso, operacionalizadas por meio da mediação obrigatória de uma equipe bibliotecária capacitada (Santos; Almeida, 2024).

Na prática, o fluxo adotado ainda apresenta gargalos significativos: a entrega direta pelo aluno, sem uma mediação prévia exaustiva, gera inconsistências que vão desde falhas de normalização em ABNT até vulnerabilidades críticas de segurança da informação. Partindo dessa realidade, este trabalho analisa as falhas detectadas no biênio 2025-2026, evidenciando como a revisão bibliotecária atua como um filtro essencial, com o objetivo de demonstrar que a mediação técnica assegura a integridade dos metadados e a proteção jurídica da instituição, evitando que o repositório se torne um ambiente de dados dispersos e inseguros.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem quanti-qualitativa, fundamentado na observação e análise do fluxo de trabalho da Biblioteca do *campus* Osasco da Unifesp no que tange à gestão do RI. O universo de análise compreende as submissões de TCCs referentes ao segundo semestre letivo de 2025. O levantamento de dados abrangeu o período de novembro de 2025 a fevereiro de 2026, totalizando 325 trabalhos analisados em primeira instância, cujas informações foram extraídas da planilha de controle interno da Biblioteca.

Para nortear o autodepósito discente, a Biblioteca disponibiliza previamente um ecossistema de suporte composto por: Tutorial de Autoarquivamento (guia passo a passo para navegação no sistema DSpace); Manual de Padronização baseado nas normas ABNT; *Templates* customizados em formato Word para garantir a estrutura



mínima do trabalho. A conferência técnica confronta os dados do formulário do DSpace com o conteúdo do arquivo submetido, verificando a integridade dos metadados (títulos, resumos, palavras-chave e afiliação institucional), a conformidade do arquivo com o padrão de preservação digital PDF/A e a observância às normas da ABNT.

Sempre que uma inconsistência é detectada, o trabalho é rejeitado via sistema. A comunicação com o aluno é realizada por meio de um texto de justificativa padronizado, detalhando as correções com base nos tutoriais. O processo é iterativo: o trabalho retorna ao aluno para adequação e é submetido a novas rodadas de revisão pela biblioteca, até que esteja apto para a homologação e publicação definitiva no RI.

Como suporte à estruturação e redação deste relato, utilizou-se a ferramenta de Inteligência Artificial (IA) Generativa Gemini (Google) como assistente para: a organização lógica dos tópicos conforme as diretrizes do evento; o refinamento textual e adequação de linguagem técnica; e a síntese de dados coletados na planilha de controle da biblioteca para a construção de quadros analíticos. Toda a base factual, o levantamento de inconsistências, a interpretação dos resultados e a validação final do conteúdo foram realizados exclusivamente pelos autores, garantindo a autoria intelectual e a fidedignidade do relato à realidade da Unifesp *campus* Osasco.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das 325 submissões realizadas no período de novembro de 2025 a fevereiro de 2026 revela um cenário complexo, em que a autonomia conferida pelo autodepósito é contrastada por uma alta incidência de inconsistências técnicas. Os dados foram organizados em quatro macrocategorias que permitiram diagnosticar os principais gargalos no fluxo de representação da informação (tabela 1). Ademais, destaca-se que várias submissões apresentaram falhas em mais de uma categoria.

**Tabela 1** – Categorização e Frequência de Inconsistências (n=325)

Categoria	Descrição das Inconsistências	Frequência
Metadados de Representação	Erros que afetam a busca e recuperação: Omissão de afiliação (UNIFESP), indexação incorreta de palavras-chave e falhas no campo <i>Abstract</i> .	208



Estrutura e Integridade	Falha em elementos essenciais: Ausência de capa/folha de aprovação, erros na ficha catalográfica e preenchimento incorreto de campos descritivos (folhas/datas).	121
Normalização Técnica (ABNT)	Descumprimento de normas de apresentação: Margens, espaçamentos, legendas de tabelas e inconsistências em referências bibliográficas.	86
Segurança e Identidade	Riscos de identificação e privacidade: Registro incompleto de autores/orientadores e violações de privacidade (LGPD).	28

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da planilha de controle interno da biblioteca (2026).

Na tabela 2, apresentam-se os dados relativos às homologações dos TCCs analisados:

**Tabela 2** – Números relativos às análises dos 325 TCCs

Ação	Números absolutos	Porcentagem
Aprovados sem restrições	48	14,76%
Retornados para correções dos autores	104	32%
Aprovados mediante correções dos metadados	173	53,23%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da planilha de controle interno da biblioteca (2026).

Os dados indicam que menos de 15% dos discentes obtiveram aprovação sem restrições. Esse índice de conformidade total corrobora os achados de Alves e Café (2010), ao demonstrarem que falhas na representação comprometem a interoperabilidade e a visibilidade da produção científica. Como observado nas 86 ocorrências de erros de normalização (tabela 1), a inconsistência nos metadados dificulta a “descoberta” e a “acessibilidade” no ambiente *web*, funções definidas por Rothfritz *et al.* (2026) como vitais para a sobrevivência dos repositórios modernos.

A correta representação de metadados garante a visibilidade, acessibilidade e reutilização da produção científica, pilares fundamentais para a transparência e democratização do conhecimento na Ciência Aberta (Silva *et al.*, 2025). Alinhá-los aos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*) fortalece a curadoria digital, conferindo confiabilidade e rastreabilidade aos dados (Souza *et al.*, 2025). Em



contrapartida, dados incorretos ou ausentes prejudicam a indexação em buscadores e enfraquecem o ecossistema de acesso aberto (Silva e Arakaki, 2025).

Em face dessa realidade, a Biblioteca da EPPEN intensificou sua atuação por meio de mídias sociais, treinamentos em salas de aula e parcerias com docentes, promovendo o protagonismo do serviço de referência e da mediação bibliotecária (Accart, 2012).

### 3.1 O Impacto na Visibilidade e Recuperação da Informação

A categoria “Metadados de Representação” (tabela 1) registrou o maior volume de ocorrências (208 casos), demonstrando que a falha mais crítica não é meramente estética, mas sim funcional. A omissão da afiliação institucional "UNIFESP" (86 casos) e a indexação incorreta de palavras-chave (59 casos) comprometem diretamente a interoperabilidade do repositório. Sem a mediação bibliotecária, a descoberta desses trabalhos seria prejudicada em indexadores como o Google Acadêmico e diretórios como o Oasisbr, afetando os indicadores científicos da universidade. O impacto dessas inconsistências na recuperação da informação é corroborado pela literatura sobre controle de autoridade em ambiente digital. Bilhalva Cardoso e Miranda (2019), em estudo no Repositório da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), apontam que a inserção descentralizada e não padronizada de dados gera ambiguidades nas entradas de autores, fragmentando a produção institucional, portanto o controle rigoroso qualifica a entrada do dado para otimizar as buscas e garantir a uniformidade informacional. Essa validação técnica, aqui denominada "filtro silencioso", é endossada por Farias, Rezende e Lima (2023) como a única forma comprovada de assegurar a qualidade descritiva. O esforço despendido pela equipe da Unifesp Osasco para homologar os trabalhos evidencia a necessidade de profissionalização e alinhamento estratégico, superando as barreiras de recursos humanos citadas por Jesus *et al.* (2021).

### 3.2 Fragilidades na Estrutura Documental e Normalização

Inconformidades em "Estrutura e Integridade" somaram 121 ocorrências (tabela 1). A persistência dessas falhas indica que, apesar da oferta de *templates* e manuais, os discentes ainda negligenciam elementos obrigatórios, como folhas de aprovação e paginação.



No tocante à “Normalização Técnica”, os 86 erros relativos às normas da ABNT (sobretudo em citações e referências) evidenciam que o autoarquivamento totalmente autônomo transfere incorreções formais ao ambiente digital. Conforme Meadows (1999), a padronização científica não é formalismo estéril, mas um requisito estrutural para a validação do conhecimento. A comunicação científica é um processo cumulativo que depende da precisão documental; citações corrompidas ou referências incompletas rompem o fluxo de transferência da informação e comprometem o diálogo acadêmico.

Empiricamente, os dados provam que o autodepósito sem mediação bibliotecária reduziria severamente a qualidade do acervo digital. A ausência desse filtro homologatório, defendido por Farias, Rezende e Lima (2023), converteria o RI em um depósito de arquivos dispersos, sem o rigor necessário para a interoperabilidade e visibilidade científica (Alves; Café, 2010).

### 3.3 A Dimensão da Segurança da Informação e Identidade Acadêmica

A categoria “Segurança e Identidade” registrou 28 ocorrências (tabela 1), sendo 27 ligadas à identificação incompleta de autores e orientadores, ausência de e-mails institucionais e de *links* para o Currículo Lattes. A mediação é, portanto, essencial para garantir a correta atribuição de autoria e a integridade do histórico acadêmico.

Embora tenha ocorrido apenas um caso isolado de violação direta à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (pela exposição de CPFs e assinaturas manuais), a relevância dessa categoria reside na proteção jurídica institucional e dos direitos individuais, visto que a detecção de vulnerabilidades ligadas à LGPD preenche uma lacuna crítica, já que a literatura científica ainda carece de discussões práticas sobre proteção de dados em RIs (Nascimento; Silva, 2023). A exposição de dados exige adequação dos fluxos de trabalho ao Princípio da Necessidade (minimização de dados), conforme estabelece o Artigo 6º, inciso III, da LGPD, que determina a:

[...] limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados (Brasil, 2018).

Ao analisarem esse cenário nas universidades, Nascimento e Silva (2023) asseveram que a premissa central da “regra do mínimo necessário” deve remover



excessos informacionais. Nos RIs públicos, o tratamento de dados baseia-se no cumprimento de obrigação legal ou regulatória (Art. 7º, II da LGPD), vinculado à dispersão científica exigida por órgãos como a CAPES e o INEP. Diante disso, a atuação do bibliotecário como um agente mediador no processamento técnico de metadados e documentos alinha-se às hipóteses legais da Administração Pública. Portanto, a validação técnica promovida pela biblioteca deixa de ser meramente descritiva e assume o papel de auditoria preventiva de privacidade, viabilizando a transparência ativa e a difusão científica, sem violar aos direitos fundamentais garantidos por lei (Brasil, 2018; Nascimento; Silva, 2023).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato permitiu evidenciar que o fluxo de autodepósito, embora consolidado como uma solução administrativa necessária para a sustentabilidade das bibliotecas universitárias frente à escassez de recursos humanos, apresenta fragilidades que só são mitigadas pela intervenção técnica especializada. Essas fragilidades não são meras inconsistências formais, mas barreiras reais à interoperabilidade e à descoberta da informação, conforme validado pela literatura (Alves; Café, 2010; Rothfritz *et al.*, 2026). A análise dos dados da Biblioteca revela que a autonomia discente no processo de submissão ainda é parcial, uma vez que o índice de trabalhos que atingem o padrão de excelência sem mediação bibliotecária é de apenas 14,76%.

Outrossim, as evidências apontam que o bibliotecário atua como um gestor de riscos e garantidor da qualidade da informação. O dado de que mais de 50% das homologações dependem de correções diretas realizadas pela equipe (o "filtro silencioso") reforça que a visibilidade e a recuperabilidade da produção científica das Ciências Sociais Aplicadas no Repositório Institucional são resultados diretos de um trabalho de curadoria que, muitas vezes, permanece invisível aos olhos da administração superior e dos próprios usuários. Nesse sentido, a identificação de violações à LGPD (por exemplo, exposição de CPFs e assinaturas) eleva o papel do bibliotecário ao *status* de garantidor da segurança administrativa e jurídica institucional, evitando riscos de exposição acidental de dados sensíveis (Nascimento; Silva, 2023).



Conclui-se, portanto, que o oferecimento de ferramentas de suporte, como tutoriais, manuais e *templates*, é essencial, mas insuficiente para garantir a conformidade absoluta, especialmente em temas como a LGPD e a padronização de metadados. Essa ineficácia relativa das ferramentas passivas reforça a tese de que a tecnologia, por si só, não substitui a competência técnica da mediação humana no ciclo de tratamento de dados. Por conseguinte, a experiência demonstra que a mediação humana e técnica é o que impede que o repositório se torne inconsistente, assegurando seu papel como uma base de dados fidedigna e interoperável.

Considerando os dados apresentados, recomenda-se a adoção de protocolos padronizados de verificação de metadados e segurança da informação antes da homologação de TCCs no RI, por meio da criação de um *checklist* específico que inclua a conferência obrigatória de campos ligados à LGPD, o que pode ser incorporado ao formulário do DSpace por meio de campos de marcação ou validação. Além disso, recomenda-se a ampliação da articulação entre Biblioteca, coordenadores de curso e orientadores, para que a normatização e a proteção de dados sejam trabalhadas precocemente na trajetória formativa do discente, reduzindo a sobreposição de demandas ao final do processo. Como encaminhamento futuro, este levantamento servirá de base para oficinas de capacitação focadas nas fragilidades identificadas (como a gestão de dados sensíveis e a indexação por palavras-chave), visando reduzir o retrabalho e fortalecer o letramento informacional dos discentes. Este relato reafirma, por fim, que, no ecossistema da Ciência Aberta, a tecnologia e as normas só atingem seu potencial pleno quando mediadas pela competência técnica e ética do bibliotecário.

## REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência**: do presencial ao virtual. Tradução: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2012.

ALVES, J. C.; CAFÉ, L. M. A. Análise focada em metadados sob a luz do padrão MTD-BR. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 179-202, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/12930>. Acesso em: 23 abr. 2026.

BILHALVA CARDOSO, C. I.; MIRANDA, A. C. D. Modelo de Controle da Autoridade de nomes pessoais: uma proposta para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 30, n. 60, p. 130–



147, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/894>. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 155, n. 157, p. 59, 15 ago. 2018.

FARIAS, R. A. N. de; REZENDE, A.; LIMA, I. F. de. Diagnóstico de preservação digital dos repositórios institucionais das universidades públicas nacionais: metadados de preservação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/t9PxRRHLp4GZZQY9w6qyrXK/?lang=pt> . Acesso em: 28 abr. 2026.

JESUS, D. L. de; SOUSA, A.; DETONI, J.; CUNHA, M. Barreiras no processo de desenvolvimento de repositórios institucionais nos Institutos Federais do Brasil. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 15, p. e02111, 2021. DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02111. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11634>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MEADOWS, A. J. **A Comunicação científica**. Brasília: Brique de Lemos, 1999. 268p.

NASCIMENTO, B. L. C. do; SILVA, E. M. da. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e repositórios institucionais: reflexões e adequações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 127314, 2023. DOI: 10.1590/1808-5245.29.127314. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/127314>. Acesso em: 24 abr. 2026.

ROTHFRITZ, L.; MATTHIAS, L.; PAMPEL, H.; WRZESINSKI, M. Current challenges and future directions for institutional repositories: A systematic literature review. An Annual Review of Information Science and Technology (ARIST) paper. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 7, n. 1, p. 301–322. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.70016>. Acesso em: 23 abr. 2026.

SILVA, F. I. da; ARAKAKI, F. A. Metadados de proveniência e princípios FAIR em Repositórios de Dados. **Conferencia Internacional BIREDIAL-ISTEC**. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/xiv.biredial.411>. Acesso em: 11 jun. 2026.

SILVA, J. S. M. da; ROSA, I. F. da; SILVEIRA, D. da S.; MIRANDA, A. C. D. A produção científica sobre a temática Ciência Aberta na Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas em Acesso Aberto (LA Referencia). **Conferencia Internacional BIREDIAL-ISTEC**. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/xiv.biredial.374>. Acesso em: 11 jun. 2026.

